

ESCRAVOS, REPUBLICANOS E IMPRENSA POLÍTICA EM *O CONTINENTE*

MARCIO MIRANDA ALVES*

RESUMO

As principais agitações políticas que ocorrem no Brasil no final do século XIX estão no centro das ações do episódio “Ismália Caré”, na trilogia *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo. Em Santa Fé, as personagens participam ativamente das campanhas pela abolição dos escravos e a implantação da República. Nesse contexto, a família Cambará funda o jornal “O Democrata” para fazer propaganda de seus ideais e, somado a isso, recebe orientações da doutrina republicana pelos textos do jornal “A Federação”. Neste ensaio analisa-se a representação literária desses eventos históricos e procura-se mostrar como a leitura e a produção de jornais estão relacionadas à formação ideológica das personagens e à configuração da narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa política, Erico Verissimo, Literatura brasileira.

1 À GUIA DE INTRODUÇÃO

A narrativa de *O tempo e o vento* procura representar na ficção a história da formação sociocultural do Rio Grande do Sul e tem como referência central a família Terra Cambará, de raiz luso-brasileira, representante da oligarquia rural gaúcha. Isso não significa que outros grupos sociais não tenham sido contemplados por Erico Verissimo em seu projeto literário, que se estende de 1750 a 1945. Embora não sejam protagonistas e apenas circulem em torno dos Cambará, os negros são presença constante na trilogia, particular e especialmente em *O continente*.

No episódio “Ismália Caré”, que transcorre em 1884, os negros aparecem no enredo no momento de receber as alforrias e no mesmo

* Bolsista Capes/PNPD na Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mirandaalvesm@gmail.com

instante em que os mandatários discutem os rumos do regime político brasileiro. Escravos e República são os assuntos principais a ocupar os pensamentos e as ações das lideranças na fictícia Santa Fé, uma pequena vila em via de ser elevada à condição de município.

Na cidade em que transcorre a ação não existe a figura do *flâneur*, passagens, bulevares, trem, luz ou ruas pavimentadas. Santa Fé é pobre em termos de arquitetura urbanística, formada por uma praça, uma igreja, um clube, alguns poucos casarões (oligarquia estancieira), casebres (operários e artesãos), algumas lojas de comércio (futura classe média) e a periferia, onde estão estabelecidas as colônias alemãs.

Entretanto, nesse cenário bucólico e distante de qualquer sinal de modernidade a distância em relação a Porto Alegre e ao centro do país – não somente espacial, mas também de experiência de mundo adquirida pela observação – costuma ser encurtada por meio dos jornais, nos quais os leitores e redatores encontram cada qual a seu modo um meio de participar ativamente da História. Imprescindível nos lares da burguesia citadina, onde as mulheres encontravam um pouco de lazer nos folhetins e os homens buscavam assuntos “mais sérios”, o jornal torna-se um dos símbolos por excelência do processo de modernização das sociedades nessa época. Em sua inserção histórica enquanto forma ativa da vida moderna, o jornal participa mais como um ingrediente desse processo do que apenas como uma ferramenta de registro dos acontecimentos, atuando de forma direta na constituição de modos de vida e na consciência histórica, como sustentam Darnton e Roche (1996, p. 15).

Em Santa Fé a burguesia ainda está em processo embrionário e não se pode falar em vida moderna. De qualquer forma, os jornais fazem parte da rotina dos homens, embrenhando-se na vida cotidiana da família luso-brasileira alfabetizada e direcionando os rumos da história. Isso ocorre nas práticas de doutrinação ideológica pelo viés da imprensa política, notadamente no jornal oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), *A Federação*, e nos fictícios *O Arauto* e *O Democrata*. É a partir da leitura e produção jornalística que as personagens participam ativamente dos debates em torno da abolição da escravatura e dos ideais republicanos, refletindo na ficção dois dos principais temas da pauta política e social da década de 1880.

Neste artigo procuramos mostrar que a presença dos jornais como instrumento de propaganda para a defesa de certos interesses em Santa Fé podem revelar não apenas a reprodução das práticas de poder dos que detêm os meios materiais, mas, também, a sua importância na formação ideológico-partidária dos habitantes de uma pequena cidade, ligada por extensão a um cenário regional mais amplo.¹ Nesse sentido, a imprensa surge na ficção como fonte de pesquisa por parte do escritor, auxiliando a pintura do quadro histórico, e como representação, em que se configura um elemento essencial na tessitura fictícia.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO

Os anseios por reformas no Brasil imperial ecoam no Rio Grande do Sul a partir da década de 1870. Assim como ocorria na Corte, na província gaúcha as instituições monárquicas também sofriam ataques dos liberais radicais. Desde 1869 os liberais contavam com o seu jornal oficial, *A Reforma*, fundada por Gaspar Silveira Martins em Porto Alegre com a finalidade de pregar a unanimidade dos correligionários. Na falta de um partido próprio, os republicanos também atuavam dentro do partido liberal, compartilhando as mesmas insatisfações em relação à falta de autonomia provincial e à interferência do Imperador no sistema representativo.

Além das desavenças internas, os liberais enfrentam as críticas dos conservadores por não realizarem no governo os projetos que defendiam quando estavam na oposição. Somam-se a esse coro os liberais descontentes com o imobilismo do partido e os republicanos, cada vez mais numerosos na nova geração de políticos da Assembleia. Em 1882, jovens egressos da Academia de Direito de São Paulo fundam o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Aproveitando a posição acomodada do Partido Liberal, o PRR “teve consciência da nova realidade econômica e social da província e procurou capitalizar politicamente os novos grupos sociais” (PICCOLO, 1979, p. 117).

Durante essa fase de implantação da doutrina republicana, Júlio de Castilhos torna-se a principal liderança do partido no Rio Grande do Sul. Disposto a lutar pela liberdade dos escravos e a instalação da república, sua influência acentua-se a partir da criação do jornal *A Federa-*

ção, órgão de imprensa oficial dos republicanos, fundado em janeiro de 1884, e que seguia uma linha editorial coerente com os preceitos positivistas de Augusto Comte. Nas palavras de Franco (1967, p. 23), Júlio de Castilhos “era dono de um estilo enérgico e direto e não se perdia em floreios literários nem em vã exibição de cultura. Era duro, vigoroso e ferino ao tratar os adversários, muito embora não resvalasse jamais para a xingação vulgar”.

A Federação não foi apenas mais um jornal político surgido nesse período. Sua importância reside no fato de ter sido a maior expressão do jornalismo gaúcho no final do século XIX, quando a população da província não passava de 500 mil habitantes e o número de periódicos chegava perto de 60. Em 1887, ainda durante a campanha abolicionista, foi o primeiro jornal a contar com um serviço telegráfico nacional e internacional, contratado à agência francesa Havas. Esse serviço tornou mais rápida a transmissão de informações do centro do país e do exterior, ampliando a expansão da folha (MUSEU, 2005, p. 33).

Pela pena de Júlio de Castilhos *A Federação* assegura a existência de uma coesão ideológica junto aos republicanos. Além de contestar a ampla hegemonia dos liberais, procurando desarticular o consenso estabelecido, o jornal promove uma propaganda ativa dos ideais republicanos. Considerado um dos primeiros periódicos doutrinários do país, *A Federação* “destacou-se na capacidade de criar acontecimentos e não apenas de refleti-los” (RÜDIGER, 1984, p. 13)². O mesmo pode-se dizer do jornal liberal *A Reforma*, que atua no sentido contrário para desqualificar a doutrina positivista e questionar os verdadeiros objetivos dos republicanos.

Embora os discursos de *A Reforma* e *A Federação* em geral fossem bem elaborados do ponto de vista argumentativo, não raro apelavam para a difamação. A atuação dessas folhas reflete o que acontece nas principais províncias do país no que concerne ao desenvolvimento da imprensa enquanto espelho do quadro de agitação e reformas do período. Com tantas contradições da sociedade em debate, a época exigia crítica e combate de uma forma mais contundente. A imprensa responde a esse apelo e ganha uma nova fisionomia, amplia sua influência e entra na sua segunda fase – a primeira fora a da Regência –, marcada pela superação da estagnação imperial (SODRÉ, 1983, p. 223).

Nos anos de 1880 a questão servil consiste num dos principais assuntos da imprensa brasileira. No Rio Grande do Sul, vários jornais engajaram-se na luta pela abolição dos cativos, entre eles *A Federação*, *O Mercantil*, *A Gazeta de Porto Alegre*, *Jornal do Comércio*, *O Século* e *A Imprensa*. Nos artigos usa-se de toda a argumentação para justificar a emancipação dos escravos. Sobrinho (1997, p. 97) acentua que o movimento ganhou abrangência nacional devido a duas causas principais: uma delas foram os comícios frequentes na Tribuna Popular, a outra a participação da imprensa na disseminação das ideias, sendo que muitas vezes a mesma pessoa usou os dois instrumentos de propaganda.

Nessa época são organizadas comissões de libertadores que percorrem a Capital e o interior de casa em casa, repetindo o que acontece no Rio de Janeiro por iniciativa dos membros da Confederação Abolicionista. A boa receptividade das comissões resulta na libertação de centenas de escravos e os jornais passam a publicar as listas dos nomes dos “benfeitores”. Na ocasião não faltam oportunistas tentando conseguir homenagens públicas na crônica social, o que leva *O Século* a alertar em um artigo a necessidade de uma seleção criteriosa dos nomes a serem enaltecidos, pois muitos emancipadores que aparecem nas listas “não tem nem um gato sequer para libertar, quanto mais um homem” (BAKOS, 1982, p. 117).

Em meio a essas campanhas, a abolição não era uma unanimidade nem mesmo entre os republicanos. Também havia os que defendiam uma libertação gradual, concordando inclusive com a proposta de indenização aos senhores que se desfizessem de suas “propriedades”. Esses, porém, eram poucos. Franco (1967, p. 32) observa que no Rio Grande do Sul defendia-se a imediata emancipação dos escravos, sem qualquer indenização, porque “o sistema de produção imperante não se fundava, estritamente, no braço escravizado”. Cardoso (2011, p. 256) tem um entendimento semelhante quando aponta que a radicalização do discurso republicano em *A Federação* ocorre não porque

o republicanismo e o positivismo, de tão larga influência no Rio Grande, implicassem por si a ideia da abolição e da revalorização do negro, mas porque, não havendo no Sul o eleitorado poderoso dos grandes fazendeiros escravocratas para ser disputado, político-eleitoralmente os republicanos nada perderiam, sendo consequen-

tes com suas posições, favoráveis, em geral, ao trabalho livre do imigrante. Por isso criticavam a abolição gradual, pondo-se ao lado da abolição imediata e pregando a ação direta na Província, independentemente das leis promulgadas no Parlamento.

Os jornais procuram diferenciar o sistema escravocrata do Rio Grande do Sul em relação a outras províncias. No discurso consensual da imprensa gaúcha, a presença escrava restringe-se ao ambiente doméstico, onde o tratamento do senhor é sempre paternal e benigno. Os intelectuais que assinam os artigos procuram ressaltar a igualdade e a fraternidade entre proprietários e peões, que se vestem com a mesma indumentária, tomam chimarrão na mesma cuia e enfrentam, juntos, o inimigo na guerra.

A ideia de que não havia hierarquia nem tensão social entre senhores e escravos, apoiada muitas vezes em relatos de viajantes, prevalece nos discursos históricos e jornalísticos a ponto de tornar-se uma ideologia da “democracia racial” e da “democracia rural gaúcha” (CARDOSO, 2011, p. 132-139). Na acepção de Pesavento (1980, p. 72), essa visão dos intelectuais gaúchos “cumprir a função de uma falsa consciência, na medida em que a classe dominante realmente se vê desta forma, assim como o restante da sociedade é levada também a senti-la desta maneira”.

Essa interpretação do papel do negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul começa a ser contestada somente a partir de 1930, quando estudos mais sistemáticos passam a revelar outros aspectos.³ Segundo dados estatísticos, embora milhares já fossem alforriados ou tivessem gerado filhos livres, em 1884 o Rio Grande do Sul ainda contava com 60.136 cativos, o que fazia da província a sexta maior do país em população escrava (CONRAD, 1975, p. 346).

3 O EMBATE IDEOLÓGICO NA FICÇÃO

Os debates em torno da abolição dos escravos e do movimento republicano estão no centro da configuração histórica de “Ismália Caré”. As personagens centrais são Toríbio Rezende e Licurgo Cambará, que, juntos, fundam o Clube Republicano e a folha semanal *O Democrata*, instrumento de combate aos ideais liberais que são defen-

didados pela família Amaral no jornal *O Arauto*. A ação desse episódio gira em torno de dois acontecimentos marcados para ocorrer em Santa Fé no dia 24 de junho: os liberais preparam os festejos para comemorar a elevação da vila à categoria de cidade e os republicanos, liderados por Licurgo Cambará, distribuem cartas de alforria aos escravos, seguindo orientação do partido.

As oposições entre as duas facções são traduzidas pelas páginas dos jornais e pelos diálogos dos personagens. O episódio inicia justamente pela descrição da redação de *O Arauto* e seu redator Manfredo Fraga, o que de imediato confirma a posição da imprensa como agente promotor de eventos históricos na narrativa.

A redação e as oficinas de “O Arauto” ficavam numa mei’água quase em ruínas, apertada entre o Paço Municipal e o casarão dos Amarais. Toda a gente em Santa Fé sabia que o jornal dirigido por Manfredo Fraga se mantinha graças ao apoio financeiro que lhe dava o Cel. Bento, o qual da janela lateral de sua residência costumava berrar sugestões para os artigos de fundo: “Ataque esses republicanos duma figa. Diga que são uma corja de traidores!” Ou então: “Responda ao artigo de Júlio de Castilhos e conte que “A Federação” é financiada pela Maçonaria”. Ou ainda: “Ameace que vamos contar donde saiu o dinheiro pra construir o sobrado dum certo republicano de Santa Fé. Dê a entender que vamos desenterrar cadáveres, e que muita roupa suja vai ser lavada em praça pública!”. (VERISSIMO, 1956, p. 853)

O redator do jornal liberal é apresentado como um homem livre que recebe do patrão, o coronel Bento, tratamento semelhante ao de um escravo – comportamento que revela aspectos da dominação paternalista do século XIX. Após ouvir as instruções do chefe num “silêncio servil”, senta-se à mesa para escrever, mas não publica nada que não seja antes aprovado pelo financiador da folha. O artigo que trata dos festejos preparados pelos liberais expressa a preocupação com o evento preparado pelos republicanos, que pode dividir as atenções dos moradores.

Achamos que é nosso dever prevenir o público em geral contra a manobra de certas pessoas de má fé que, por simples inveja e despeito, estão procurando desvirtuar as finalidades dos festejos

de amanhã, lançando a semente da discórdia no seio da população local. Esses maus patriotas, movidos por mero interesse pessoal e mal disfarçada ambição de mando, estão tratando de confundir os espíritos. Por isso, avisamos nossos leitores de que nenhuma outra comemoração, além das acima mencionadas, tem a sanção da Comissão Central de Festejos. Dizemos isso porque sabemos que se organiza para a noite de amanhã uma festa de finalidade política e subversiva, com o visível propósito de perturbar o baile de gala do Paço Municipal, que deverá encerrar com chave de ouro o grande dia. Trata-se duma farsa montada e ensaiada por maçons, livres-pensadores, hereges e mazorqueiros, cujo objetivo precípuo é solapar o Regime, destruir a Família, menoscabar a Religião, atacar nosso querido e impoluto Soberano; em suma, substituir a democrática Monarquia Brasileira pela mais nefanda e nefária das anarquias. Os verdadeiros patriotas hão de saber não só evitar a companhia desses traidores da Pátria como também dar-lhes desprezo e o castigo que merecem. (VERISSIMO, 1956, p. 856)

O artigo de Manfredo Fraga causa sensação na vila. Todos esperam um discurso parecido em *O Democrata*, mas a folha chega aos leitores com um editorial mais sereno.

Entre as comemorações mais significativas do dia de amanhã, além do *Te Deum*, encontra-se a festa que nosso correligionário, o cidadão Licurgo Cambará, realizará na sua residência e durante a qual, num gesto que deve ser imitado por todos os bons brasileiros, dará carta de manumissão a todos os seus escravos. Na mesma ocasião dezenove outros cativos, cuja liberdade foi comprada a seus senhores a peso de ouro, com dinheiro da caixa do nosso Clube, coletado especialmente para esse fim, serão igualmente manumitidos. Haverá danças nas salas do Sobrado e fandango no seu quintal, onde se acenderão fogueiras em homenagem ao santo do dia. O Sr. Cambará não fez convites especiais para essa festa de fraternidade e humanidade, mas por nosso intermédio convida a tomar parte nela todos os santafezenses e forasteiros que simpatizam com a ideia abolicionista e que, mesmo não sendo republicanos, desejam ver implantado no Brasil um regime verdadeiramente igualitário. (VERISSIMO, 1956, p. 857)

A descrição dos bastidores do jornal, da figura do jornalista e do conteúdo editorial revela o peso da imprensa enquanto agente de persuasão ideológica no contexto ficcional de uma pequena vila do interior da província. Mesmo quando analisada por um viés alegórico, a abordagem narrativa preserva preocupação com a fidelidade histórica. São também nos comentários sutis e aparentemente de pouca importância que o ambiente da época manifesta-se na ficção. Por exemplo, quando o coronel Bento diz “conte que ‘A Federação’ é financiada pela Maçonaria”, ou no ataque pessoal do redator contra a reputação dos republicanos, chamados de “maçons, livres-pensadores, hereges e mazorqueiros”, percebe-se a preocupação do autor com a verossimilhança.⁴ Em meio aos ataques dos liberais, Toríbio Rezende e Licurgo Cambará buscam estímulo nas notícias do progresso do movimento no restante do país. Eles sabem – pelos jornais – que “o Ceará começara a libertar seus escravos, e que havia poderosos clubes republicanos em Porto Alegre e na capital de São Paulo, onde Borges de Medeiros, jovem estudante gaúcho, dirigia um jornal” (VERISSIMO, 1956, p. 870).

Formado pela Academia de Direito de São Paulo, Toríbio Rezende chega a Santa Fé em 1881, iniciando a divulgação das ideias republicanas e abolicionistas. Além de implantar as ideias positivistas na vila, ele tem a habilidade exclusiva de escrever artigos e fortalecer a doutrina por meio da imprensa. Licurgo, senhor do Sobrado, deixa-se fanatizar por esses discursos e viabiliza a estrutura necessária para a campanha republicana.

A postura excêntrica e o comportamento excessivamente carinhoso de Rezende levam os “nativos” a encará-lo com simpatia e ao mesmo tempo inquietação. Afinal, o advogado era um forasteiro, vindo da distante Bahia com ideias avançadas demais para o conservadorismo local. Na única referência sobre os preparativos para uma edição de *O Democrata*, o narrador deixa o advogado numa situação que demonstra, no mínimo, falta de compromisso com a fidelidade das informações e uma maneira própria de produzir o “jornalismo moderno”. O mais importante, para o advogado, é imprimir a folha antes do inimigo.

– Preciso voltar à redação. Estou preparando um número especial do *Democrata* para amanhã. Os monarquistas vão ficar com a canela ardendo de inveja. Já comecei a escrever a notícia da nossa festa.

– A festa de hoje à noite? – estranhou Bibiana.
– E que tem isso? Não é difícil imaginar o que vai acontecer. Não se esqueça de que estamos em 1884. O jornalismo moderno difere do antigo principalmente na presteza com que dá as notícias.
A velha sacudiu a cabeça lentamente, murmurando: “Ora já se viu?”
(VERISSIMO, 1956, p. 917)

Sabemos pelo narrador que em Santa Fé “os sócios do clube republicano esperavam com ansiedade a mala postal que trazia semanalmente os números da folha em que Castilhos publicava seus artigos candentes” (VERISSIMO, 1956, p. 871). Licurgo acompanha esses escritos com entusiasmo ao ponto de decorar alguns trechos que melhor definem a ideia abolicionista. Nesse sentido, o jornal encurta a distância entre Santa Fé e Porto Alegre, onde os acontecimentos políticos e sociais estão num período de grande efervescência. Pela leitura do periódico o personagem sente-se parte dos eventos, reproduzindo no seu meio as ideias que são geradas a quilômetros de distância dali.

Em certa ocasião, Licurgo lê em voz alta um desses artigos para o amigo Fandango:

Quando se trata de tornar livres todos os filhos do Rio Grande, quando urge acabar com a imoral instituição que nos macula, não deve haver partidos. Só há lugar para um partido: é o partido da moral, do direito e da liberdade, que protestam contra a escravidão. À margem, pois, das desavenças e dos ódios das lutas partidárias, emudeça a voz do partidarismo político quando é imperioso combater este inimigo comum: a escravidão. (VERISSIMO, 1956, p. 872)

Em outro momento os personagens estão à mesa de jantar e apresentam seus pontos de vista sobre as ideias que agitam o país. Licurgo e Rezende são os republicanos abolicionistas defensores dos ideais do partido; Florêncio é um peão ignorante que acha o discurso republicano “muito bonito”, mas considera o Imperador “um homem de bem” e integra a corrente que defende a democracia racial no campo gaúcho;⁵ Dr. Winter tem conhecimento de política e de economia e contesta abertamente o projeto da oposição, interpretando os eventos como simples interesse comercial; Juvenal mostra-se cético e faz um ou outro comentário para apimentar a discussão, como, por exemplo,

“dizem que ainda vendem negros por baixo do poncho” (VERISSIMO, 1956, p. 906).⁶

Durante o falatório, Licurgo abre um número de *A Federação* e lê um artigo de Júlio de Castilhos.

Abandonada aos impulsos naturalmente irregulares da paixão revolucionária que anima tanto o abolicionismo intransigente como a escravocracia emperrada, a questão do elemento servil assume uma gravidade excepcional”. Agora prestem bem atenção a este final. “Se a luta violenta sobreviver, desabe todo o peso da responsabilidade sobre o governo medíocre que compromete a paz pública. (VERISSIMO, 1956, p. 908-9, grifo do autor)

Os dois trechos de artigos lidos por Licurgo Cambará foram realmente escritos por Júlio de Castilhos no jornal *A Federação*.⁷ O primeiro foi publicado no dia 6 de agosto de 1884 com o título de “Um apelo”. Nele, Júlio de Castilhos lembra que se passou mais de um ano desde o início da campanha pela libertação dos escravos na Capital do Rio Grande e lamenta o arrefecimento dos esforços do movimento. O republicano comenta que os clubes não coordenaram os seus meios de ação e que a própria imprensa abolicionista deixou-se ficar a meio caminho da tarefa, interrompendo por vezes a propaganda. Refere-se também aos municípios do interior, onde “devido à generosidade dos senhores poderosamente estimulada pela atividade proselítica dos abolicionistas, devido aos esforços dos cidadãos congregados em clubes, tem diminuído notavelmente o número de escravos”. E conclui conclamando a todos para colaborarem na “grandiosa obra de dignificação da pátria”, principalmente em Porto Alegre, pois é preciso que a cidade “se faça sempre a digna capital da livre província”.

O segundo artigo foi publicado na edição do dia 29 de maio do mesmo ano, com o título de “O governo e o abolicionismo”, continuação do texto do dia anterior. Dessa vez, Júlio de Castilhos critica a falta de uma política governamental que facilite a solução da questão servil e adverte sobre a responsabilidade do Império no caso de o problema escapar do terreno pacífico para a violência. Ele argumenta que uma “política inteligente aconselhava que com as medidas de natureza a eliminar gradualmente a condenada propriedade, fossem empregados os

meios de garantir a substituição” e que a reforma deveria ser realizada pelas províncias de acordo com a situação econômica de cada uma. Após enumerar as medidas que deveriam ter sido tomadas pelo governo monárquico, conclui que a substituição do braço escravo “está dependente de uma forte corrente imigratória, e esta a seu tempo depende das condições com que possa contar no Brasil o imigrante para o desenvolvimento da sua atividade”.⁸

Os argumentos de Júlio de Castilhos transcritos pelo escritor no processo de criação literária coadunam-se com a configuração política retratada no episódio da ficção. Além dos trechos destacados por Licurgo, os raciocínios expostos nos diálogos dos personagens republicanos também seguem a cartilha de Júlio de Castilhos. Dessa forma, o fato histórico alimenta o projeto romanesco por meio de documentos primários, uma opção de técnica narrativa que não pode ser desprezada quando se sabe que o escritor tinha como projeto romanesco (re)contar a história da formação da sociedade gaúcha.

Os trechos retirados de *A Federação* não foram escolhidos ao acaso, mas revelam o cuidado de reproduzir as frases mais contundentes e de maior efeito dramático. Nos dois casos são transpostas para a ficção justamente as últimas linhas dos artigos de Júlio de Castilhos, sobre as quais em geral o republicano põe mais ênfase no discurso doutrinário – após, portanto, a introdução e o desenvolvimento de sua argumentação. O apelo de Júlio de Castilhos, para que “emudeça a voz do partidarismo político quando é imperioso combater este inimigo comum”, acaba sendo atendido pelos republicanos de Santa Fé, conforme notícia *O Democrata*. Se as duas folhas tinham o costume de se atacarem mutuamente, o gesto “humanitário” de libertação dos cativos leva os republicanos a baixarem o tom dos discursos, restringindo-se a despertar o ciúme na outra facção e a tentar promover uma festa maior. O mesmo não se percebe na postura dos liberais, pois além da mordacidade da linguagem de *O Arauto*, o coronel Bento recebe o artigo da folha opositora com ameaças.

- O Chefe brandiu no ar um exemplar de “O Democrata”:
– Vassuncê já leu esta bosta?
– Já.
– Eu devia mas era fazer o Rezende engolir este jornal.

- No próximo número de “O Arauto” eu desanco esse baiano.
- Palavra não dói na pele. O que ele merece é uma sova de rabo de tatu.
- [...]
- Regime igualitário! Eles vão ver com quantos paus se faz uma canoa. – De repente, como se quisesse que todo o mundo ouvisse, gritou: – Eles que dêem graças a Deus eu ser um homem de bem, senão mandava acabar a festa do Licurgo a porrete. (VERISSIMO, 1956, p. 858)

O que fica claro nesse conjunto de referências jornalísticas atreladas ao contexto histórico é a intenção do autor de questionar os eventos e relativizar certos discursos em torno da questão servil. Assim, as contradições e as percepções equivocadas sobre a abolição aparecem nos discursos equivocados dos personagens, na presença de escravas domésticas no Sobrado e no tratamento que estas recebem dos brancos. Por isso, fica evidente o objetivo de fuga a uma representação unilateral, que fatalmente se mostraria ingênua, de acontecimentos tão complexos.

Como contraponto à empolgação abolicionista e republicana, existe, entre outros personagens já citados, a figura de Fandango. Enquanto a escrava Lindóia prepara o chimarrão, ocorre o seguinte diálogo:

- Eu só quero ver o que é que essa negrada vai fazer depois que receber papel de alforria.
- Ora! Vai ser livre.
- Sim, mas vassuncê acha que vão viver melhor?
- Claro que vão.
- Pois eu duvido.
- Velho cabeçudo!
- A tampa da chaleira começou a dar pulinhos.
- Que venha esse amargo, Lindóia!
- A negra cevava o mate.
- Vassuncê vai ver – prosseguiu o capataz. – Recebem o dinheiro e gastam tudo em cachaça. Vão passar o dia na vadiagem, dormindo ou se divertindo. Nenhum desses negros alforriados vai querer trabalhar. No fim acabam morrendo de fome.
- Não seja tão agourento, Fandango.
- Qual! O que sou é um índio velho mui vivido. [...]

– Mas a abolição vai melhorar tudo. A escravatura é a vergonha do Brasil!

– Qual vergonha, qual nada! Deixe de história. Negro é negro. Hai gente que nasceu pra ser mandada. (VERISSIMO, 1956, p. 866-7)

Além de registros como esse, aos poucos a narrativa revela que Licurgo não acredita em seu próprio discurso de democracia racial. No mesmo diálogo com Fandango ele fala sobre o seu entusiasmo com os festejos preparados para aquele dia e a possibilidade de o Sobrado ofuscar o baile de gala do Paço Municipal. Não obstante, além de suas resistências em aceitar o elemento escravo em pé de igualdade, Licurgo percebe que a gente – ao menos a de Santa Fé – não está preparada para compreender o processo de mudança que aos poucos toma conta da sociedade. Assim pensa Licurgo:

Tinha a impressão – disse – de que o baile de gala do Paço Municipal, com suas formalidades e seus medalhões, ia ficar apagado diante da festa do Sobrado, onde reinaria a verdadeira democracia: negros e brancos, ricos e pobres, todos misturados e irmanados no ideal abolicionista e republicano. Mas no momento mesmo em que dizia essas coisas, Curgo percebeu que não estava sendo sincero, que não estava dizendo o que sentia. Era-lhe inconcebível a ideia de que aqueles negros sujos pudessem vir a dançar nas salas de sua casa, em íntimo contato com sua família. Sabia também que pouca, muito pouca gente em Santa Fé compreendia o sentido da palavra República... (VERISSIMO, 1956, p. 868).

O personagem Florêncio também mantém uma postura semelhante à de Fandango em relação às mudanças propostas pelos republicanos. O sogro de Licurgo considera-se um “homem antigo” e “muito velho pra acreditar em conversas”, pois viu muitas mudanças de governo na vida e ouviu muitas promessas de políticos. “Acho que as coisas não vão mudar se vier a República” (VERISSIMO, 1956, p. 909). Como resposta a essa opinião, Toríbio Rezende esclarece os principais pontos do programa republicano, entre eles a transformação das províncias em estados autônomos e confederados, a instalação de um poder legislativo central, um tribunal superior de justiça e a colaboração proporcional de todos os Estados para as despesas da nação. No entanto, “Winter sabia

que Florêncio não estava entendendo nada. Como ele havia no país milhões de pessoas para as quais aquelas palavras não tinham sentido” (VERISSIMO, 1956, p. 910).

De fato, as observações de Winter e, até certo ponto, de Licurgo, reafirmam na ficção que a compreensão do sentido da República era limitada a poucos. Aristides Lobo, um republicano atuante na imprensa carioca, escreveu para o *Diário Popular* na sua coluna “Cartas do Rio”, do dia 18 de novembro de 1889, um artigo que ficou famoso pela sua definição da percepção popular da proclamação da República. Lobo aponta que a colaboração do elemento civil nos acontecimentos fora nula e que “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada [...]”. Mello (2007, p. 9) observa que essa interpretação de raiz monarquista foi posteriormente difundida pelos intelectuais desiludidos com a República, que reuniram tais significações para concluir que “o que se divulgou através do bestializado é que não havia motivo para se desejar a queda da Monarquia, pois o imperador era popular”.

Por outro lado, Capelato (1988, p. 44) destaca que estudos mais recentes desmistificam a versão de apatia do povo perante os acontecimentos. Esses estudos “mostram que a mudança de governo foi permeada por inúmeros conflitos e procuram entender que povo era esse, qual seu imaginário e prática política”. Capelato encontra registros nos jornais da época que mostram uma imprensa preocupada em criar uma imagem harmoniosa e festiva da República, enfatizando o contentamento popular. Segundo Capelato (1988, p. 45, grifo do autor), o discurso produzido na imprensa “se caracteriza pela ênfase no novo, pela insistência na índole pacífica do brasileiro e pela presença do par *ordem e progresso*, simbolizado nas metáforas de *luz e trevas*. Todos esses elementos reforçam a ideia de que o antigo regime – a monarquia – fora vencido pelas forças representativas da modernidade”.

Apesar de manter um discurso coerente com os ideais abolicionistas, Licurgo sabe que seu gesto humanitário não resiste a uma análise mais profunda de consciência. Ele luta para aceitar a ideia de igualdade e reconhece em suas meditações que nem sempre tinha paciência para tratar os escravos com doçura. Segundo lembra, “mais de uma vez fora obrigado a dar de relho em pretos que faltaram com o respeito”, mas a

democracia racial também vigora em suas terras porque ele fez isso “de homem para homem, mas nunca, nunca mesmo, mandara açoitar um escravo” (VERISSIMO, 1956, p. 914).

Quando chega o tão aguardado momento da entrega dos títulos de alforria, Licurgo revela uma confusão de sentimentos que começa pelo rancor, passa pelo desapontamento até alcançar a euforia. Durante a leitura dos nomes, tarefa executada pelo advogado, o senhor do Sobrado precisa soprar ao ouvido do amigo os apelidos dos escravos, pois muitos já haviam esquecido os nomes de batismo. A cena é carregada de constrangimento para os escravos e traduz, mais uma vez, a posição irônica do narrador em relação ao evento histórico.

Os negros recebem o título de cabeça baixa, acanhados e sem olhar para os lados. Alguns se aproximam de Licurgo para beijar sua mão. Outros se retiram rapidamente, estonteados, em direção à porta, ou caem em prantos ao receberem a carta de alforria. Um deles, João Batista, não demonstra agradecimento e recebe o título com olhar arrogante. Licurgo pensa: “merecia uns bons chicotaços na cara. Sempre fora assim altivo e provocador. Era um bom peão, um bom domador, um trabalhador incansável, mas tinha um jeito tão atrevido, que por mais duma vez Licurgo estivera prestes a ‘ir-lhe ao lombo’” (VERISSIMO, 1956, p. 960). Em seguida, Toríbio Rezende chama insistentemente pelo negro Bento Assis, que não aparece porque não reconhece seu próprio nome. Impaciente com a demora, Licurgo grita: “Bento burro! Onde está esse animal?”. Um peão repete o apelido para os escravos que aguardavam no lado de fora e então Bento Burro aparece.

Aos poucos, Licurgo fica impaciente com o caráter solene do evento, que “não oferecia metade da emoção que ele esperava”. Por fim, reflete:

Não conseguia convencer-se a si mesmo de que aquela era uma grande hora – uma hora histórica. Não achava nada agradável ver aqueles negros molambentos e sujos, de olhos remelentos e carapinha encardida a exhibir toda sua fealdade e sua miséria naquela casa iluminada. E como eram estúpidos em sua maioria! Levavam a vida inteira para atravessar a sala e depois ficavam com o papal na mão,

atarantados, sem saber que fazer nem para onde ir. Era preciso que ele gritasse: “Agora vá embora. Não! Por ali. Volte pro quintal!” O pior era que o Sobrado já começava a cheirar a senzala. Foi com um suspiro de alívio que entregou o derradeiro título. E quando o último escravo desapareceu na cozinha, houve um momento de silêncio e imobilidade, como se os convidados esperassem de Licurgo algumas palavras. Mas quem falou primeiro foi a velha Bibiana:

– Agora abram as janelas pra sair o bodum! (VERISSIMO, 1956, p. 960-1)

Assim que recebe os cumprimentos dos convidados, aos gritos de “Viva o Clube Republicano!” e “Viva o nosso correligionário Licurgo Cambará”, o personagem volta a sentir-se radiante com o feito, percebendo tardiamente que “aquele era um momento glorioso, era raro, era grande”. E lembra que “lá fora estava acesa uma grande fogueira ao redor da qual os negros – agora homens livres, felizes e dignos – iam dançar, cantar, comer e beber!” (VERISSIMO, 1956, p. 961). Enquanto isso, “uma preta de turbante vermelho, os dentes arreganhados, andava por entre os convidados com uma bandeja cheia de copos de cerveja”. Ou seja, a ação da libertação em Santa Fé ocorre baseada na separação entre brancos e negros. Um grupo permanece do lado de fora, ao redor da fogueira, com a sua comida e bebida, e o outro no interior do Sobrado, ainda dependente do braço escravo para os trabalhos essenciais, como a distribuição de cerveja e quitutes.

Durante a celebração dos republicanos, com farta variedade de comidas e bebidas, alguém pede a Toríbio que recite alguma coisa. O baiano, que sempre faz muitos gestos ao discursar, “agitava a cabeleira negra, longa e ondulada, que o tornava tão parecido com Castro Alves” (VERISSIMO, 1956, p. 892), entusiasma-se com a ideia e anuncia:

– Vou recitar um poema do grande vate condoreiro Castro Alves, glória da Bahia e do Brasil. – Fez uma pausa grave e depois, já em tom de discurso, acrescentou: É *O Navio Negroiro*, poema que tem feito pela causa da abolição da escravatura no Brasil o que *Cabana do Pai Thomás* fez pela mesma causa sublime nos Estados Unidos da América do Norte.

– Lá vem discursório outra vez.

Curgo voltou vivamente a cabeça para a avó e, de cunho cerrado, lançou-lhe um olhar sombrio de repreensão, que a velha rebateu com um sorriso pícaro.

– O Dr. Toríbio pôs-se na ponta dos pés e, traçando no ar com a mão direita uma circunferência, começou:

‘Stamos em pleno mar... Doudo no espaço

Brinca o luar – dourada borboleta. (1956, p. 971-2)⁹

O recital de Toríbio repete na narrativa um hábito adotado nas sessões de discurso dos abolicionistas e republicanos, que não raro se apoiavam na literatura para reforçar seus argumentos. Guardadas as proporções, Toríbio representa nesse momento o próprio Castro Alves, tanto na aparência física quanto nos gestos efusivos e dramáticos. O declamador da ficção não encontra, porém, entre os seus espectadores, o mesmo entusiasmo que Castro Alves despertava nos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo, junto aos quais era recebido com ovação e louvor. Na trama de “Ismália Caré”, o recital de Toríbio transcorre em meio à incompreensão. Enquanto o advogado emociona-se com seus gestos teatrais, esforçando-se para dar um sentido ideológico àquela festa, os ouvintes permanecem insensíveis aos apelos do “poeta dos escravos”.

Os versos são introduzidos na narrativa aos poucos e, a cada pouco, o narrador trata de esvaziar o sentido do poema revelando os pensamentos dos personagens, bem distantes da comoção do orador. Se para Bibiana aquilo não passava de mais um discursório, o mesmo não significa para o padre Atilio Romano, que tem no rosto uma expressão de felicidade porque “tinha comido e bebido bem: agora escutava um belo poema. Alimentava assim o corpo e o espírito” (VERISSIMO, 1956, p. 972). Winter deixa-se levar pelo efeito da bebida e imagina-se a bordo de um barco que o leva de volta à Alemanha. O alemão se pergunta “que língua estava falando o Dr. Toríbio?”, cujas palavras não faziam sentido porque “o poema era puro ritmo. Ra-ta-tá... ra-ta-tá... ra-ta-tá... Pensou em Johann Wolfgang Goethe” (VERISSIMO, 1956, p. 973).

Enquanto isso, Licurgo recebe a notícia de que a amásia Ismália Caré está do lado de fora do Sobrado e fica transtornado. Com um desejo urgente de ver a chinoca, para ele “agora tudo desaparecia: a festa, o declamador, o poema, a abolição, a noiva, a avó, a República – tudo”

(VERISSIMO, 1956, p. 975). Então, deixa sorratamente a festa e a noiva Alice para encontrar-se com Ismália, quando fica sabendo que vai ter um filho com a mestiça. Ao refletir sobre a complicada situação em que se envolveu, pensa na repercussão negativa que pode ser aproveitada pelos liberais e decide que a criança não deve nascer. Afinal sua imagem pública parece ser importante do que um filho bastardo e negros alforriados. Licurgo não pode correr o risco de ser atacado pela imprensa oposicionista por causa de sua fraqueza moral.

4 CONCLUSÕES

Pelo exposto, constata-se que em *O tempo e o vento* a representação literária dos embates ideológicos do final do século XIX, em especial os que tratam da abolição da escravatura e a ascensão republicana, procura revelar a complexidade e as ambiguidades de questões caras ao momento político do Brasil. O impacto desses temas reflete diretamente sobre os habitantes de Santa Fé, reconhecida como cidade no momento em que escravos começam a ser alforriados. Ao mesmo tempo em que os liberais comemoram a emancipação política da cidade, tomando para si os louros da conquista, os republicanos contra-atacam libertando os escravos negros.

Por meio de sinais aparentemente descolados do eixo central da narrativa, que em linhas verticais trata da saga da família Terra Cambará, Erico Verissimo revela as contradições dos eventos históricos, contrapondo versões nas palavras e ações de personagens com diferentes ideias e posições ideológicas. As vacilações de Licurgo Cambará quanto aos seus próprios sentimentos sinalizam a insegurança e a incerteza do grupo com os rumos da campanha abolicionista e republicana, o que em síntese também refletem as tensões e contradições próprias do cenário político. Assim como Santa Fé continuará dependente de Cruz Alta e Porto Alegre para subsistir, os negros libertos continuarão dependentes dos senhores brancos, uma vez que a liberdade não está condicionada a um projeto de inserção social, mas, sim, à exclusão.

A imprensa, nesse contexto, consiste no instrumento doutrinador que melhor traduz a difusão de conceitos em um universo ainda desprovido de meios mais eficazes de propaganda. Os jornais *O Arauto*

e *O Democrata* representam a participação da imprensa política nos debates da época e podem ser vistos como um espelho de *A Reforma* e *A Federação*. Enquanto as folhas editadas em Porto Alegre encurtam o caminho para as mensagens de Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins, que somente assim podem chegar até os habitantes do interior da Província, os fictícios *O Arauto* e *O Democrata* têm a missão de reproduzir o discurso oficial em Santa Fé, apresentando-se como agentes que direcionam os acontecimentos históricos numa pequena vila – microcosmo de uma região maior.

O papel desempenhado pelos jornais no debate ideológico da ficção deixa transparecer certa relativização e até mesmo questionamento da importância da imprensa no fomento do debate público. Por um lado a participação dos periódicos e seus redatores reforça a ideia de que a palavra escrita tem implicações decisivas no direcionamento dos eventos históricos, seja numa metrópole ou numa vila, por outro a falta de comprometimento dos agentes com o interesse coletivo revela que entre o enunciado da propaganda e o feito que ela produz há uma grande distância a ser percorrida. O embate tem mais a ver com luta pelo poder do que com preocupação em relação ao destino dos negros ou mesmo do país.

O resultado das decisões dos anos de 1880, da forma como foram debatidas e executadas, manifesta-se em novas crises – políticas, econômicas, sociais e culturais – nas décadas seguintes. Em Santa Fé, cidade imaginada para refletir a seu modo os efeitos das grandes transformações do Brasil e do Rio Grande do Sul, essas crises estarão no centro dos dramas vividos pelos personagens, particularmente em episódios de *O tempo e o vento* que transcorrem em 1910, 1915, 1923 a 1926, 1930, 1937 e 1945, sempre abertos a novas interpretações.

SLAVES, REPUBLICANS AND POLITICAL PRESS IN *O CONTINENTE*

ABSTRACT

the main political unrests occurring in Brazil in the late 19th Century are in the center of the actions of “Ismália Caré” episode, in the trilogy *O tempo e o vento*, written by Erico Verissimo. In Santa Fé, the characters actively participate in campaigns for the slavery abolition and the establishment of the Republic.

In this context, the Cambará family founded the newspaper “O Democrata” to advertise their ideals and also to receive orientations of the Republican doctrine by texts of “A Federação”. This research aims to analyse the literary representation of those historic facts and aims to show how the reading and production of newspapers are related to the ideological formation of the characters and the narrative configuration.

KEYWORDS: Political Press, Erico Verissimo, Brazilian Literature.

ESCLAVOS, REPUBLICANOS Y PRENSA POLÍTICA EN *O CONTINENTE*

RESUMEN

Las principales agitaciones políticas que ocurren en Brasil en el final del siglo XIX están en el centro de las acciones del episodio “Ismália Caré”, en la trilogía *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo. En Santa Fé, los personajes están involucrados activamente en campañas para la abolición de la esclavitud y el establecimiento de la República. En este contexto, la familia Cambará fundó el periódico “O Democrata” para anunciar sus ideales y, también, recibe orientaciones de la doctrina republicana por los textos del periódico “A Federação”. En este ensayo se analiza la representación literaria de los acontecimientos históricos y trata de mostrar cómo la lectura y la producción de periódicos están relacionadas a la formación ideológica de los personajes y la configuración de la narrativa.

PALABRAS CLAVE: Prensa política, Erico Verissimo, Literatura brasileña.

NOTAS

- 1 A região vista não como um espaço meramente administrativo, político ou econômico, mas, sim, como uma representação simbólica constituída “de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la” (POZENATO, 2003, p. 152).
- 2 Dillenburg ([19--], p. 11) descreve da seguinte maneira o jornal do Partido Republicano: “A Federação” tinha um formato grande, composto em quatro páginas, em oficinas próprias, situada na Rua dos Andradas [...]. Apesar de graficamente bem impresso, o jornal era “pesado”, raramente publicava uma

- fotografia, como a maioria dos jornais daquela época. A linguagem ainda era muito laudatória, não havendo manchetes; a variedade de letras tipográficas era por demais limitada enquanto a diagramação era pouco atraente. Apesar disto, no entanto, este jornal foi o iniciador de uma nova e importante fase do jornalismo rio-grandense, dando maior ênfase à publicidade comercial, alguns ilustrados com gosto, melhor seleção das notícias de interesse público, abolição do arcaico estilo literário, tão usado nos jornais da época.
- 3 Um dos pioneiros neste sentido foi o advogado Dante de Laytano, que se apoiou em documentos e mapas estatísticos para investigar a participação do negro na formação gaúcha. Laytano (1940, p. 253) concorda que “o negro tinha lugar humano na vida pastoril do Rio Grande”, mas ressalva que na senzala dos granjeiros “era chicoteado pelo feitor com todo o ritual da barbárie escravagista” e nas charqueadas “o administrador era violento e selvagem com os pobres negros”.
 - 4 De fato, os republicanos eram acusados de manterem ligações com a maçonaria e de praticarem uma filosofia que não seguia os preceitos da Igreja. Isso por que as “bases” dos candidatos republicanos definidas no Congresso de 1884 tinham tópicos que tratavam da “secularização dos cemitérios” e “liberdade de associação e de cultos” (FRANCO, 1967, p. 26), justamente em um momento em que a Igreja Católica ainda monopolizava a educação, presidia os casamentos e controlava os cemitérios. A Igreja Católica manifestou-se pela primeira vez a favor da abolição apenas em 1887, a poucos meses da assinatura da Lei Áurea. Durante a mobilização social pelo fim da escravidão, a Igreja manteve o posicionamento de defender a liberdade do espírito e não do corpo.
 - 5 – Não tenho nem nunca tive escravos. Mas acho que no Rio Grande os negros são felizes. Nas estâncias e nas charqueadas eles trabalham ombro a ombro com os brancos. A não ser um ou outro caso, em geral são bem tratados. Dizem que lá no Norte os senhores de engenho maltratam os escravos. Não sei. Há muita conversa fiada. O que sei é que aqui na Província os negros passam bem. (VERISSIMO, 1956, p. 907-8)
 - 6 O emprego da técnica narrativa de multifocalização, tão cara à obra de Erico Verissimo, permite a apresentação de um tema a partir de vários ângulos e se repete com frequência em *O tempo e o vento*. Com essa técnica o escritor

consegue ampliar as perspectivas do “problema”, apresentando suas ambiguidades.

- 7 Localizamos os artigos na seleção organizada e apresentada por Bakos (2006, p. 60 e 101).
- 8 Na representação desse momento da história Erico Verissimo não teria nada a alterar se soubesse que o próprio Júlio de Castilhos tentava, nessa época, vender um escravo da família para amenizar suas dificuldades financeiras. Em uma carta escrita ao irmão Chiquinho (Francisco Prates de Castilhos), Júlio de Castilhos comenta sobre essa transação e pede sigilo: “Não faz ideia como tenho andado constrangido nesse negócio, apesar de ser ele diretamente tratado por um corretor, que é ao mesmo empregado do meu escritório. Tenho receio dos maldizentes e dos jornais, que estão todos muito abolicionistas”. Um conjunto de correspondências escritas pelo republicano gaúcho a familiares e correligionários, e localizadas há pouco no acervo do Museu Júlio de Castilhos, está reunido com o título de *Teu amigo certo – Júlio de Castilhos, correspondência inédita, com organização de Keter Vello e apresentação de Sérgio da Costa Franco* (Porto Alegre: Edições Museu Júlio de Castilhos, 2013).
- 9 Castro Alves também surgiu para o público com versos publicados na imprensa, em Recife. No jornal acadêmico *A Primavera*, de 17 de maio de 1863, publicou os seus primeiros versos abolicionistas, *A Canção do Africano*, aparecendo no mesmo ano *Pesadelo*, *Meu Segredo* e *Cansaço*. Três anos mais tarde, na mesma cidade, funda uma sociedade abolicionista com Rui Barbosa, Augusto de Guimarães e outros colegas de curso, da qual deriva o jornal *A Luz*, origem de sua polêmica pela imprensa com Tobias Barreto. A obra *A Cabana do Pai Thomás*, de autoria de Herrit Beecher Stowe, citada por Rezende, apresenta de forma romancada os conflitos entre os escravos norte-americanos e os proprietários. A história foi publicada em folhetim em alguns jornais republicanos, entre eles o paulistano *A Redenção*.

REFERÊNCIAS

BAKOS, Margaret (Org.). *Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e República*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 2006.

_____. *RS: escravidão & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto; Universidade de São Paulo, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1975.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Tradução de Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense*. Nova Petrópolis: Editora Amstad, [19--].

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do R.G.S. In: *II Congresso de Estudos Afro-brasileiros*. Anais. Salvador: Civilização Brasileira, 1940.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MUSEU de Comunicação Social Hipólito José da Costa. *A Federação: um sonho republicano*. Porto Alegre: Corag, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 60-88.

PICCOLO, Helga I. L.. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 93-117.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: _____. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003. p. 149-157.

RÜDIGER, Francisco. A Federação e o processo político-ideológico rio-grandense. In: *Comunicação & Cultura*. Porto Alegre, Museu Hipólito José da Costa, 1984, n. 1, p. 12-21.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O jornalismo no movimento abolicionista. In: _____. *O problema da imprensa*. 3. ed., São Paulo: Edusp, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento. O continente*. Porto Alegre: Editora Globo, 1956. v. 2.

Submetido em 22 de janeiro de 2015.

Aceito em 25 de julho de 2015.

Publicado em 21 de agosto de 2015
